

Críticas ao Congresso são injustas, dizem presidentes

Apesar do alto grau de descrédito alcançado pelos políticos — eles não são confiáveis para 82% da população, segundo pesquisa do Ibope divulgada esta semana — os dirigentes do Congresso Nacional encerraram o ano parlamentar convencidos de ter feito todo o possível para melhorar a imagem da instituição. “Tenho a consciência do dever cumprido”, declarou o presidente do Senado (e do Congresso), Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Segundo ele, “a Mesa procurou colaborar para que a imagem do Senado Federal não justificasse as distorções que a imprensa e os meios de comunicação têm divulgado”.

Para o presidente da Câmara, Paes de Andrade (PMDB-CE), “as críticas nem sempre foram construtivas e os ataques foram muitas vezes injustos”. Apesar disso, e do grande número de votos brancos e nulos nas eleições de outubro, traduzindo ao menos em parte uma censura aos políticos, ele acha que “a sociedade hoje reconhece o Congresso Nacional como depositário e porta-voz dos seus interesses”. Em seus dois anos de mandato como presidente da Câmara, Paes de Andrade ficou marcado por um episódio pitoresco: sua pomposa viagem à cidade natal de Mombaça (CE), na primeira vez em que assumiu interinamente a Presidência da República, como substituto constitucional de José Sarney. Seus amigos acham que se a cidade se chamassem Campinas e o Estado São Paulo, a viagem teria sido encarada com naturalidade.

O presidente da Câmara passou o tempo todo amargurado com a repercussão do caso e isso talvez o tenha levado a adotar, com mais decisão, medidas de caráter moralizador na Câmara. O que também fez Nelson Carneiro no Senado. Nesses dois últimos anos, nenhum funcionário foi admitido sem concurso — o que agora também é exigência da Constituição aprovada por este Congresso que chega ao término do mandato. A Câmara termina o ano com 600 vagas não preenchidas. Os funcionários foram submetidos, nas duas Casas, a rigoroso controle de ponto. Os senadores tiveram de assumir as despesas de manutenção de seus automóveis (inclusive abastecimento). Na Câmara, onde os deputados, individualmente, já não dispunham de carro, o número de veículos de



Paes e Carneiro buscaram melhorar a imagem do Legislativo

representação foi reduzido de 62 para 13.

Não faltaram tentativas de rompimento dessas barreiras. Ao apagar das luzes da legislatura, em dezembro, tentaram aprovar, na Câmara, um projeto criando 63 altos cargos de direção e outro criando um conselho de altos estudos que teria direito de contratar técnicos, livremente, até por um ano. Paes de Andrade não os incluiu, porém, na pauta de votações.

As medidas alcançaram também os deputados. O presidente da Câmara, entendendo ser necessário, como disse, oferecer satisfação pública da atuação dos parlamentares, estabeleceu controle eletrônico de presença (embora somente às terças, quartas e quintas-feiras) e corte dos dias de falta. Dois deputados, em consequência, perderam o mandato: Felipe Cheide (SP) e Mário Bouchardet (MG) — uma punição nunca antes aplicada nesses casos. Outro deputado, Gustavo de

Faria (RJ), acusado de gestão irregular no Instituto de Previdência dos Congressistas, renunciou para evitar uma cassação.

E mesmo assim, o ano que se encerra foi muito prejudicado por ausências de parlamentares. Os interesses eleitorais falaram mais alto, dando razão ao falecido senador Luiz Viana (BA). Ele dizia ser a reeleição a primeira prioridade de qualquer parlamentar. Na Câmara, quase todos os 495 tinham de lutar por ela. As exceções ficaram por conta de uns poucos que se desinteressaram pelo mandato, seja por falta de condições políticas, por falta de dinheiro para a campanha ou até por desencanto. Dos 495, apenas 178 estarão de volta na próxima legislatura, que se inicia a 1º de fevereiro.

Ainda assim, a Câmara chegou a examinar 495 proposições, aprovando 270 e rejeitando 44 (138 fo-